

Infraestrutura,
Investimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultados	7
Demonstração do resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.
Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1	199.523	109.008	Fornecedores	12	-	-	49.562	37.990
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	38.335	87.183	Credor pela concessão	13	-	-	1.081	2.936
Contas a receber	5	-	-	41.557	34.661	Debêntures	14	-	-	3.594	3.413
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	-	837	1.143	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	15	-	-	8.935	7.830
Estoques	6	-	-	9.591	9.030	Contas a pagar com partes relacionadas	15	280.000	280.000	280.601	280.419
Impostos a recuperar	7a	-	-	171	77	Impostos, taxas e contribuições	7b	-	-	11.246	11.350
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	2.868	3.687	Adiantamento de clientes	-	-	-	4.519	2.242
Outros ativos	-	-	-	2.546	1.591	Outros contas a pagar	-	-	-	276	144
Despesas antecipadas	-	-	-	4.753	4.384	Passivo de arrendamento	17	-	-	90	2.398
Total do ativo circulante		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>300.181</u>	<u>250.766</u>	Provisão para manutenção	16	-	-	27.019	15.944
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Outros ativos	-	-	-	11	11	Total do passivo circulante		<u>280.000</u>	<u>280.000</u>	<u>386.922</u>	<u>364.666</u>
Contas a receber de partes relacionadas	15	280.000	280.000	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Impostos a recuperar	7a	-	-	6.623	15.954	Capital social integralizado	19	955.950	955.950	955.950	955.950
Impostos diferidos	8	-	-	258.215	233.854	Transações de capital entre sócios	19	(1.023.716)	(1.023.716)	(1.023.716)	(1.023.716)
Imobilizado	9	-	-	14.171	14.594	Reserva de capital	19	197.077	197.077	197.077	197.077
Intangível	10	-	-	1.539.378	1.593.092	Prejuízos acumulados	-	(320.150)	(272.362)	(320.150)	(272.362)
Infraestrutura em andamento	10	-	-	854.100	615.904	Total do patrimônio líquido		<u>(190.839)</u>	<u>(143.051)</u>	<u>(190.839)</u>	<u>(143.051)</u>
Total do ativo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.672.498</u>	<u>2.473.409</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>280.001</u>	<u>280.001</u>	<u>2.972.679</u>	<u>2.724.175</u>		<u>280.001</u>	<u>280.001</u>	<u>2.972.679</u>	<u>2.724.175</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	838.600	799.000
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	-	-	(547.521)	(602.935)
LUCRO BRUTO		-	-	291.079	196.065
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	21	-	-	(44.261)	(37.596)
Outras despesas	21	-	-	(3.283)	(5.518)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(47.788)	(164.426)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(47.788)	(164.426)	243.536	152.952
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	-	-	31.946	13.612
Despesas financeiras	22	-	-	(347.631)	(414.301)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		-	-	(315.685)	(400.689)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.788)	(164.426)	(72.149)	(247.737)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	8	-	-	24.361	83.311
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(47.788)	(164.426)	(47.788)	(164.426)
PREJUÍZO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO				(0,05)	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(47.788)	(164.426)	(47.788)	(164.426)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(47.788)</u>	<u>(164.426)</u>	<u>(47.788)</u>	<u>(164.426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Transações de capital entre sócios			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>955.950</u>	<u>(1.023.716)</u>	<u>197.077</u>	<u>(107.936)</u>	<u>21.375</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(164.426)	(164.426)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>955.950</u>	<u>(1.023.716)</u>	<u>197.077</u>	<u>(272.362)</u>	<u>(143.051)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(47.788)	(47.788)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>955.950</u>	<u>(1.023.716)</u>	<u>197.077</u>	<u>(320.150)</u>	<u>(190.839)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(47.788)	(164.426)	(47.788)	(164.426)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	21	-	-	81.294	80.794
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		-	-	135	(340)
Provisão manutenção especial	16	-	-	79.138	74.444
Provisão para riscos		-	-	18.620	13.178
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	14	-	-	329.731	401.325
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		-	-	(22.924)	(805)
Juros sobre contratos de arrendamento	17	-	-	304	635
Impostos diferidos	8	-	-	(24.361)	(83.311)
Resultado equivalência patrimonial	11	47.788	164.426	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(6.040)	(8.268)
Estoques		-	-	(561)	(1.278)
Impostos a recuperar		-	-	9.236	(1.421)
Adiantamento a fornecedores		-	-	816	2.630
Despesas antecipadas		-	-	(960)	72
Outros ativos		-	-	(365)	(100)
Fornecedores		-	-	(50.521)	(50.773)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	172	1.796
Credor pela concessão - outorga variável		-	-	(1.855)	1.116
Impostos, taxas e contribuições		-	-	404	2.237
Provisão para riscos processuais		-	-	(5.283)	-
Outras contas a pagar		-	-	2.309	(4)
Juros pagos	14	-	-	(91.255)	(85.934)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-	-	270.245	181.567
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	71.772	26.066
Aquisições de imobilizado		-	-	(3.173)	(5.972)
Aquisição de intangível	26	-	-	(238.289)	(299.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(169.689)	(279.613)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de capital		-	-	-	50
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	17	-	-	(3.261)	(3.241)
Pagamento (juros) dos contratos de arrendamento mercantil	17	-	-	(304)	(635)
Pagamento (captação) de debêntures, líquido do custo de captação	14	-	-	(6.476)	(6.149)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(10.041)	(9.975)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-	90.514	(108.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1	109.008	217.029
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1	199.523	109.008
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-	90.514	(108.021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“Grupo”), constituída em 22 de março de 2019, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

O Grupo é controlado pela Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações.

1.1. Relação de entidades controladas e controladas em conjunto

	Participação	Participação acionária %	
		2022	2021
IIP II S.A. (a)	Controlada	100	100
ENTREVIAS (b)	Controlada indireta	100	100
IBH I (c)	Controlada indireta em conjunto	24	24

a) Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”) (Controlada)

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II ou Companhia”), constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Essa “IIP II” tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., que, por sua vez, tem como controladora o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

b) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A (“Entrevias”) (Controlada indireta)

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Entrevias assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R\$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos

de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível da Investida. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Investida tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (“Wi-Fi”) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Entrevias ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

c) IBH I Serviços e Participações (“IBH I”) (Controlada indireta em conjunto)

Em 31 de março de 2021, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária na IBH I Serviços e Participações S.A. aprovando o capital social em R\$ 50, mediante a emissão de 50 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, IIP II detém 12.000 ações ordinárias, com valor de emissão de R\$ 1,00 (hum real) por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, incisos I e II, da lei das S.A.

A IBH I tem por objeto social (i) a prestação de serviços de operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas; (ii) a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão entre outros no setor de rodovias; (iii) prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade e outros; (iv) a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e (v) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social.

d) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido da Controladora e Consolidado é negativo em R\$ 279.999 e R\$ 86.741, respectivamente (Em 31 de dezembro de 2021 é negativo na Controladora e Consolidado em R\$ 279.999 e R\$113.897). Este impacto está diretamente relacionado ao saldo de contas a pagar com partes relacionadas decorrente da redução de capital no montante de R\$280.000, às duas acionistas da Companhia, proporcionalmente às suas respectivas participações, tal montante está classificado no curto prazo. Adicionalmente, a Companhia tem a receber de sua controlada Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A. o montante de R\$280.000, que estão classificados no contas a receber de longo prazo, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário mediante captação de recurso com terceiros.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – (“IASB”)*” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 16;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 18,
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 09 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 20.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 16.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5. Principais práticas contábeis

O Grupo aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(b) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo Grupo.

(c) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(d) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram apurados impostos correntes em função do Grupo apresentar prejuízo. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(e) Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no

resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(h) Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

(i) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(j) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(l) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (Idêntico em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

(m) Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

(n) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados

e descontados à taxa de 8,65% a.a. (idêntico em 31 de dezembro de 2021) avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

(o) Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(p) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também

pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(q) Prejuízo básico e diluído por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(r) Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(s) Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

(t) Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(u) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(v) Demonstrações consolidadas

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Joint venture*

Operação em conjunto (ou “*joint venture*”) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(x) Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimento futuro, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	1	1	2.500	1.371
Bancos	-	-	3.643	1.582
Aplicações financeiras (i)	-	-	193.380	106.055
Total	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>199.523</u>	<u>109.008</u>

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

- (i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (100% a.a. em 31 de dezembro 2021).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 14).

	Consolidado	
	2022	2021
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	38.335	87.183
Total	<u>38.335</u>	<u>87.183</u>

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	39.678	33.058
Receitas acessórias a receber	1.879	1.603
Total	<u>41.557</u>	<u>34.661</u>
A vencer	41.557	34.661
Vencidos	-	-
Total	<u>41.557</u>	<u>34.661</u>

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

O Grupo avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. ESTOQUE

	Consolidado	
	2022	2021
Material para Pavimentação	2.727	-
Elementos de Proteção e Segurança	1.957	6.520
Material de Sinalização	3.297	1.690
Outros	1.610	820
Total	<u>9.591</u>	<u>9.030</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF retido sobre aplicações financeiras	6.616	15.261
Antecipações do imposto de renda e contribuição social sobre estimativa	155	766
Outros	23	4
Total	<u>6.794</u>	<u>16.031</u>
Circulante	171	77
Não circulante	6.623	15.954

7.b. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado	
	2022	2021
COFINS a recolher	5.075	6.359
PIS a recolher	917	1.346
ISS a recolher	4.094	3.034
Outros impostos a recolher	1.160	611
Total	<u>11.246</u>	<u>11.350</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Ativo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	160.378	155.839	4.539	64.128
Provisão para manutenção	84.082	70.089	13.993	14.377
Provisão para riscos processuais	13.577	7.600	5.977	4.480
Outras diferenças temporárias	178	326	(148)	326
TOTAL	258.215	233.854	24.361	83.311

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos (Consolidado)		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	155.839	4.539	160.378
Provisão para manutenção	70.089	13.993	84.082
Provisão para contingências	7.600	5.977	13.577
Outras diferenças temporárias	326	(148)	178
Total	233.854	24.361	258.215

	Ativos (Consolidado)		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	91.711	64.128	155.839
Provisão para manutenção	55.712	14.377	70.089
Provisão para contingências	3.120	4.480	7.600
Outras diferenças temporárias	-	326	326
Total	150.543	83.311	233.854

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo do exercício	(72.149)	(247.737)
Taxa Combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.531	84.230
Demais efeitos permanentes	(170)	(919)
Total imposto de renda e contribuição social	<u>24.361</u>	<u>83.311</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios da Companhia e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pela Companhia. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongá, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2022 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

9. IMOBILIZADO

Consolidado

	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Outros</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	871	1.162	5.468	4.178	255	6.261	238	2.341	20.774
Adições	784	7	29	2.305		3	45	-	3.173
Baixa	-	-	-	-	-	(170)	-	-	(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.655</u>	<u>1.169</u>	<u>5.497</u>	<u>6.483</u>	<u>255</u>	<u>6.094</u>	<u>283</u>	<u>2.341</u>	<u>23.777</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(376)	(280)	(1.350)	(2.130)	(169)	(1.692)	(24)	(159)	(6.180)
Adições	(101)	(118)	(548)	(1.070)	(37)	(1.488)	(19)	(80)	(3.461)
Baixa	-	-	-	-	-	35	-	-	35
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(477)</u>	<u>(398)</u>	<u>(1.898)</u>	<u>(3.200)</u>	<u>(206)</u>	<u>(3.145)</u>	<u>(43)</u>	<u>(239)</u>	<u>(9.606)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	495	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.594
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178	771	3.599	3.283	49	2.949	240	2.102	14.171
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	

Consolidado	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	730	1.125	5.225	3.565	192	1.545	197	2.245	14.824
Adições	141	37	243	776	63	4.716	41	96	6.113
Baixa	-	-	-	(163)	-	-	-	-	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>871</u>	<u>1.162</u>	<u>5.468</u>	<u>4.178</u>	<u>255</u>	<u>6.261</u>	<u>238</u>	<u>2.341</u>	<u>20.774</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(151)	(163)	(818)	(1.336)	(125)	(641)	(11)	(83)	(3.328)
Adições	(225)	(117)	(532)	(798)	(44)	(1.051)	(13)	(76)	(2.856)
Baixa	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(376)</u>	<u>(280)</u>	<u>(1.350)</u>	<u>(2.130)</u>	<u>(169)</u>	<u>(1.692)</u>	<u>(24)</u>	<u>(159)</u>	<u>(6.180)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	579	962	4.407	2.229	67	904	186	2.162	11.496
Saldo em 31 de dezembro de 2021	495	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.594
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

Consolidado	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em andamento (iv)	Total – infraestrutura
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	459.370	1.376.512	4.494	10.778	1.851.154	10.706	605.198	615.904
Adições	23.520	-	598	-	24.118	10.175	228.021	238.196
Transferências (*)	-	-	-	-	-	(16.583)	16.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>482.890</u>	<u>1.376.512</u>	<u>5.092</u>	<u>10.778</u>	<u>1.875.272</u>	<u>4.298</u>	<u>849.802</u>	<u>854.100</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59.202)	(193.617)	(561)	(4.682)	(258.062)	-	-	-
Adições	(29.853)	(45.887)	(249)	(1.843)	(77.832)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(89.055)</u>	<u>(239.504)</u>	<u>(810)</u>	<u>(6.524)</u>	<u>(335.894)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Saldo em 31 de dezembro de 2022	393.835	1.137.008	4.281	4.254	1.539.378	4.298	849.802	854.100
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

Consolidado	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	<i>Software</i>	Direitos de Uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em andamento (iv)	Total – infraestrutura
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	420.133	1.376.512	3.292	14.260	1.814.197	22.718	310.378	333.096
Adições	39.277	-	1.202	971	41.450	12.344	270.464	282.808
Alienações/baixas	(40)	-	-	(4.453)	(4.493)	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	(24.356)	24.356	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>459.370</u>	<u>1.376.512</u>	<u>4.494</u>	<u>10.778</u>	<u>1.851.154</u>	<u>10.706</u>	<u>605.198</u>	<u>615.904</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(30.060)	(147.728)	(354)	(2.379)	(180.521)	-	-	-
Adições	(29.138)	(45.889)	(207)	(2.846)	(78.080)	-	-	-
Alienações/baixas	(4)	-	-	543	539	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(59.202)</u>	<u>(193.617)</u>	<u>(561)</u>	<u>(4.682)</u>	<u>(258.062)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	390.073	1.228.784	2.938	11.881	1.633.676	22.718	310.378	333.096
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

(a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.

(iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento do Grupo, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. O Grupo avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

(iv) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de *impairment*

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11. INVESTIMENTOS

O Grupo tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 28 de janeiro de 2020, seu capital foi totalmente subscrito e integralizado mediante a transferência de 100% das ações de emissão da Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A., por ambas as acionistas, Pátria III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Com a cessão do controle realizada pelas duas acionistas, o Grupo passou a ser detentora de 100% das ações da subsidiária Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A.

A partir de laudo de avaliação a valor justo da Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A., para fins de aumento do capital social do Grupo, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de

janeiro de 2020, a emissão de 1.235.949.125 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de um real. Assim, o capital social passou a ser de R\$ 1.235.949, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.235.949.625 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de fevereiro de 2020, foi aprovada a redução de capital do Grupo em R\$ 280.000, passando de R\$ 1.235.949 para R\$ 955.949.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha como subsidiária integral a empresa Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. mediante um capital social de R\$148.068.

a) Composição – (Controladora)

Investimentos em controlada direta – Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A.	2022	2021
Capital social	148.068	148.068
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	(190.840)	(143.050)

b) Movimentação do investimento – (Controladora)

Investimentos em controlada direta – Infraestrutura, Investimentos e Participações II S.A.	2022	2021
Saldo inicial	(143.050)	21.375
Integralização de capital social (*)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(47.788)	(164.426)
Saldo final	<u>(190.840)</u>	<u>(143.050)</u>

c) Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas em 31 de dezembro de 2022 – (Controladora)

	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Prejuízo	Resultado de equivalência	Investimento
Infra II	148.068	(190.840)	90.008	280.847	-	(47.788)	(47.788)	(190.840)
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Prejuízo líquido	Resultado de equivalência	Investimento
Infra II	148.068	(143.050)	137.797	280.847	-	(164.426)	(164.426)	(143.050)

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores de obras	40.879	30.320
Fornecedores operacionais	2.399	1.947
Fornecedores de tecnologia	2.770	2.121
Fornecedores diversos	3.514	3.602
Total	<u>49.562</u>	<u>37.990</u>

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

	Consolidado	
	2022	2021
Ônus variável de concessão	-	2.443
Taxa de fiscalização	1.081	493
Total (*)	<u>1.081</u>	<u>2.936</u>

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 1.2 a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado.

14. DEBÊNTURES

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, o Grupo (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa.).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pelo Grupo igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Não há cláusulas de “covenants” financeiros sobre as debêntures.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R\$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 0,5% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2023.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 31 de dezembro de 2024; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias do Grupo, devendo a próxima apuração ocorrer com base nas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x.
- (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x.
- (3) Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75x.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Principal (incluindo atualização monetária)	2.097.046	1.986.088
Remuneração (juros)	472.844	358.503
Custos de captação	(47.460)	(54.160)
Total	2.522.430	2.290.431
1ª Emissão de debentures	1.391.418	1.224.508
2ª Emissão de debentures	1.178.472	1.120.084
Custos de captação	(47.460)	(54.160)
Circulante	3.594	3.413
Não circulante	2.518.837	2.287.018

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2022:

Descrição	Saldo em 2021	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 2022
Debêntures	2.290.431	329.731	(6.476)	(91.255)	2.522.430

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2021:

Descrição	Saldo em 2020	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 2021
Debêntures	1.981.189	401.325	(6.149)	(85.934)	2.290.431

Vencimento longo prazo

2024	2.500
2025	2.500
2026	110.000
2027	170.000
2028 em diante	2.233.837
Total longo prazo	2.518.837

15. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

O Grupo tem como controladora direta o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R\$7.896 (R\$ 7.896 em 31 de dezembro de 2021), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$ 4.964 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$ 7.896).

Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada - Controlada	Transação	Relação	Ativo não Circulante	
			2022	2021
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (b)	Redução de capital	Controlada	280.000	280.000
Parte relacionada - Consolidado			Ativo Circulante	
			2022	2021
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	163	1.109
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Controlada em conjunto	391	8
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas	Coligada	283	26
Total			<u>837</u>	<u>1.143</u>

Contas a pagar:

Parte relacionada - Controlada	Transação	Relação	Passivo Circulante	
			2022	2021
Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (c)	Redução de capital	Acionista	280.000	280.000
Parte relacionada - Consolidado			Passivo Circulante	
			2022	2021
Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (c)	Redução de capital	Acionista	280.000	280.000
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a) *	Compartilhamento de despesas	Coligada	211	132
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	Compartilhamento de despesas	Coligada	27	22
IBH I Serviços e Participações (a)	Compartilhamento de despesas	Controlada em conjunto	363	265
Total			<u>280.601</u>	<u>280.419</u>

Parte relacionada (consolidado)	Transação	Relação	Passivo Não irculante	
			2022	2021
Pátria III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (d)	Debêntures	Coligada	1.391.418	1.224.508

Resultado

Despesa	2022	2021
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	137	231
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	10	483
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações	(166.910)	(202.508)
IBH I Serviços e Participações *	(6.215)	(2.319)
Total	(172.978)	(204.113)

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis.

(a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Em 12 de fevereiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital de sua controlada Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. em R\$280.000, mediante a redução de 280.000 (duzentas e oitenta milhões) de ações ordinárias, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros.

(c) Em 13 de fevereiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia em R\$280.000, mediante a redução de 280.000 (duzentas e oitenta milhões) de ações ordinárias, cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros.

(d) As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"), nas condições especificadas na nota explicativa nº 14.

16. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	Consolidado	
	2022	2021
Constituição da provisão para manutenção	292.753	246.738
Ajuste a valor presente	(45.703)	(40.596)
Total	247.050	206.142
Circulante	27.019	15.944
Não circulante	220.031	190.198

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Provisão para manutenção	246.738	84.245	(38.231)	292.753
Ajuste a valor presente	(66.157)	(13.272)	-	(79.429)
AVP despesa financeira	25.561	8.165	-	33.726
Total	<u>206.142</u>	<u>79.138</u>	<u>(38.231)</u>	<u>247.050</u>

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 2021</u>
Provisão para manutenção	196.904	81.994	(32.161)	246.738
Ajuste a valor presente	(49.479)	(16.677)	-	(66.157)
AVP despesa financeira	16.434	9.127	-	25.561
Total	<u>163.859</u>	<u>74.444</u>	<u>(32.161)</u>	<u>206.142</u>

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2022, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2024 e junho de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	<u>Saldo</u>
De janeiro de 2024 a junho de 2024	17.976
De julho de 2024 a junho de 2025	136.696
De julho de 2025 a junho de 2026	29.070
De julho de 2026 a junho de 2027	13.098
De julho de 2027 a junho de 2028	23.191
Total	<u>220.031</u>

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	5.389	12.112
Adições	-	971
Baixas	-	(4.453)
Juros provisionados	304	635
Pagamento de juros	(304)	(635)
Pagamento de principal	(3.261)	(3.241)
Total	<u>2.128</u>	<u>5.389</u>
Circulante	90	2.398
Não circulante	2.038	2.991

18. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão para contingência - ação cível	9.879	2.425
Provisão para contingência - ação trabalhista	3.053	445
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	22.759	19.484
Total	35.691	22.354

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2021	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2022
Cível	2.425	9.562	(1.235)	(1.563)	690	9.879
Trabalhista	445	2.710	(63)	(365)	325	3.053
Regulatória	19.484	6.009	-	(3.355)	622	22.759
Total	22.354	18.281	(1.298)	(5.283)	1.637	35.691

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	Consolidado	
	2022	2021
Causas possíveis - ação cível	10.429	2.193
Causas possíveis - ação trabalhista	2.433	617
Causas possíveis - ação regulatória	59.583	46.492
Total	72.445	49.302

Ademais, o Grupo não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito é de R\$955.950, representado por 955.950 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	781.610	81,76
Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	174.339	18,24

b) Bônus de Subscrição

O Bônus de Subscrição garante ao Titular o direito de subscrever quantas ações ordinárias do Grupo forem necessárias para que a participação indireta do titular no Grupo operacional permaneça igual à participação indireta do titular na Grupo operacional imediatamente anterior à ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) Conversão, total ou parcial, das debêntures do Grupo Operacional.
- (ii) Aumento de capital do Grupo subscrito pelo Pátria FIP e integralizado com créditos detidos pelo Pátria FIP contra a Infraestrutura II.
- (iii) Aumento de capital do Grupo ou da Infraestrutura II subscrito pelo Pátria FIP e integralizado por meio da capitalização do Saldo Devedor da Debêntures Subordinadas.
- (iv) Aumento de capital do Grupo ou da Infraestrutura II subscrito pelo Pátria FIP e integralizado por meio da capitalização das Debêntures Subordinadas.

Preço de emissão: O Bônus de Subscrição é emitido em favor do Titular pelo preço de R\$197.077.

Preço de exercício: O preço total de emissão das Ações do Bônus de Subscrição emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição deverá ser de R\$1,00 (“Preço de Exercício”).

Prazo de exercício: O Bônus de Subscrição e este Certificado permanecerão vigentes até 30 (trinta) dias após o vencimento da Escritura de Debêntures do Grupo Operacional, e poderão ser exercidos pelo Titular, a seu exclusivo critério, imediatamente após a ocorrência de um Evento de Conversão (i), (ii), (iii) e (iv).

Titularidade: em AGE realizada no dia 28 de janeiro de 2020, foi aprovada a cessão e transferência de titularidade da Entrevias Coinvestimento FIP para a Infraestrutura S.A. (única acionista do Grupo), de forma que a Infraestrutura S.A. passou a ser a titular do bônus de subscrição emitido pelo Grupo, em 06 de março de 2018. A transferência ocorreu como pagamento pela emissão de novo bônus de subscrição pela acionista Infraestrutura S.A. à titular Entrevias Coinvestimento FIP.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

20. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita com arrecadação de pedágio	611.183	503.899
Receita acessória	2.870	1.655
Receitas com construção (a)	268.125	334.057
Outras	<u>9.541</u>	<u>3.198</u>
Receita bruta	891.719	842.809
Deduções de receita	<u>(53.119)</u>	<u>(43.809)</u>
Receita líquida	<u><u>838.600</u></u>	<u><u>799.000</u></u>

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. Foi reconhecida a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	<u>614.053</u>	<u>505.554</u>
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	18.430	15.177
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.993	3.288
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	<u>30.696</u>	<u>25.344</u>
Deduções da receita	<u><u>53.119</u></u>	<u><u>43.809</u></u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	2022	2021
Custo de construção de obra	(268.125)	(334.057)
Provisão para manutenção	(70.973)	(65.317)
Depreciações e amortizações	(81.294)	(80.794)
Pessoal	(51.768)	(45.961)
Serviços de terceiros (*)	(63.099)	(62.084)
Poder concedente	(15.907)	(16.240)
Conservação e manutenção	(18.810)	(15.876)
Provisão para contingências	(11.700)	(11.537)
Locações de imóveis e máquinas	(116)	(298)
Seguros	(2.870)	(2.942)
Outras despesas operacionais	(10.403)	(10.943)
Total	(595.065)	(646.049)
Custo dos serviços prestados	(547.521)	(602.935)
Despesas administrativas	(44.261)	(37.596)
Outras despesas	(3.283)	(5.518)
Total	(595.065)	(646.049)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	30.479	12.151
Variação monetária sobre créditos fiscais	856	542
Outros	611	920
Total	31.946	13.612
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures	(323.031)	(394.625)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(6.700)	(6.700)
Juros de arrendamento	(304)	(635)
AVP - Provisão de Manutenção	(8.165)	(9.127)
Outras	(9.431)	(3.214)
Total	(347.631)	(414.301)
Resultado financeiro, líquido	(315.685)	(400.689)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,05)	(0,17)

a) Prejuízo básico/diluído por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo referente aos doze meses atribuível aos proprietários do Grupo e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(47.788)	(164.426)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	955.950	955.950

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2022, conforme quadro a seguir:

		2022	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	199.523	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	38.335	
Contas a receber	Custo amortizado	41.557	
Partes relacionadas	Custo amortizado	837	
Outros ativos	Custo amortizado	2.557	
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	49.562	
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.522.430	
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	2.128	
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.081	
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	280.601	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	276	
		2021	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	109.008	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	87.183	
Contas a receber	Custo amortizado	34.661	
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.143	
Outros ativos	Custo amortizado	1.601	
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	37.990	
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.290.431	
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	2.936	
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	5.389	
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	280.419	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	144	

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo no consolidado apresenta valores a receber de R\$ 41.557 (R\$ 34.661 em 31 de dezembro de 2021), sendo 95,4% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.644.107	2.644.107
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	99.453	98.616	1.859.862	2.057.931
Fornecedores		49.562	-	-	49.562
Passivo de arrendamento		90	2.038	-	2.128
Partes relacionadas		280.601	-	-	280.601
Credor pela concessão		1.081	-	-	1.081
Outras contas a pagar		276	-	-	276
Total		431.063	100.654	4.503.969	5.035.686

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido da Controladora é negativo em R\$279.999 na controladora e R\$ 86.741 no consolidado. Este impacto está diretamente relacionado ao saldo de contas a pagar com partes relacionadas decorrente da redução de capital no montante de R\$280.000, às duas acionistas do Grupo, proporcionalmente às suas respectivas participações. Adicionalmente o montante será realizado mediante disponibilidade de caixa e caso necessário mediante captação de recurso com terceiros.

e) Análise de sensibilidade

O Grupo apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pelo Grupo.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial do Grupo, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Grupo; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados do Grupo. Além do cenário provável, o Grupo determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%	6,25%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,48%	6,85%	8,22%	4,11%	2,74%

Os indicadores utilizados para 2023 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

<i>Instrumentos</i>	<i>Exposição em 2022</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>(Nível 1)</i>		<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>	<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	193.380	CDI	12,50%	24.173	30.216	36.259	18.130	12.088
Aplicações financeiras vinculadas	38.335	CDI	12,50%	4.792	5.990	7.188	3.594	2.396
Debêntures (*)	(2.522.430)	IPCA	5,48%	(138.229)	(172.786)	(207.344)	(103.672)	(69.115)
Total	(2.290.715)			(109.264)	(136.580)	(163.897)	(81.948)	(54.631)
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					(27.316)	(54.633)	27.316	54.633

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

25. SEGUROS E GARANTIAS

A Grupo tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Grupo está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura - R\$</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2023
Veículos - frota	13.329	Até julho de 2023
D&O	30.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	597.233	Até julho de 2023
Seguro garantia	535.061	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	291	Até fevereiro de 2024
Seguro Garantia Judicial	44.001	Até dezembro de 2027
Seguro Patrimonial - Galpões	5.500	Até novembro de 2026

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo com aquisição intangível	262.314	323.287
Saldo de fornecedor no fim do período	<u>(24.025)</u>	<u>(23.580)</u>
	<u>238.289</u>	<u>299.707</u>

Clara Maria da Cunha Ferraz
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Lavorini
Contador CRC 1SP241985/O-5